



PPCDAM: RESULTADOS DE 2 ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO

2023 a 2025



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente

GERALDO ALCKMIN

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra de Estado

MARINA SILVA

Secretaria-Executiva

Secretário-Executivo

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

**Secretaria Extraordinária de Combate ao
Desmatamento e Ordenamento Territorial Ambiental**

Secretário

ANDRÉ LIMA

**Departamento de Políticas de Controle
do Desmatamento e Incêndios**

Diretora

ROBERTA ZECCHINI CANTINHO

**Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento
e Ordenamento Territorial Ambiental**

**PPCDAM:
RESULTADOS DE 2 ANOS
DE IMPLEMENTAÇÃO**
2023 a 2025

Brasília/DF
MMA
2025

© 2025 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima ou sítio da Internet. Original disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/combate-ao-desmatamento-queimadas-e-ordenamento-ambiental-territorial>

Coordenação Técnica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Roberta Zechinni Cantinho

Diretora do Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e Incêndios (DPCD/SECD/MMA)

Diego Henrique Costa Pereira

Coordenador-Geral de Controle do Desmatamento (DPCD/SECD/MMA)

Thyego Pery Monteiro de Lima

Coordenador de Projeto (DPCD/SECD/MMA)

Equipe Técnica

Camile de Miranda Dino (DPCD/SECD/MMA)

Cássio Rabuske da Silva (DPCD/SECD/MMA)

Daniel Barbosa da Silva (DPCD/SECD/MMA)

Jaime Camps Saiz Júnior (DPCD/SECD/MMA)

João Arthur Soccal Seyffart (DPCD/SECD/MMA)

Apoio Técnico

Fabiana Regina Pirondi dos Santos –

Assessora Técnica GIZ

Sônia Pereira – Assessora Técnica GIZ

Projeto Gráfico e Diagramação

Estúdio Marujo

Produção de Conteúdo

João Gonçalves – BM Comunicação

Esta publicação foi elaborada com apoio do projeto “Parcerias para Inovações para Proteção a Proteção da Floresta Tropical na Amazônia Brasileira”. O projeto é implementado em cooperação pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil e pela GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com apoio do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (BMZ), no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável”

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B823p Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
PPCDAm [recurso eletrônico] : resultados de 2 anos de
implementação 2023 a 2025. – Brasília, DF : MMA, 2025.
29 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-7738-482-2 (on-line)

1. Desmatamento. 2. Amazônia Legal. 3. Plano de ação. I. Título.

CDU 630.4

Biblioteca Nacional do Meio Ambiente

Thaís da Silva Rodrigues – CRB1/3688



SUMÁRIO

- 6 Siglas
- 7 Ações concretas por uma Amazônia viva e um futuro sustentável
- 8 Desmatamento em baixa, Amazônia em alta!
- 9 PPCDam: conservação da biodiversidade
- 9 PPCDam: exemplo para outros biomas
- 10 PPCDam: um plano em quatro eixos

11 Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis

- 12 Principais resultados
- 12 Tema 1 – Conservação e Restauração Ambiental
- 13 Tema 2 – Bioeconomia e Atividades Produtivas Sustentáveis
- 14 Tema 3 – Inclusão Social e Econômica
- 15 Tema 4 – Instrumentos de Mercado
- 15 Tema 5 – Turismo Sustentável e Identidade Cultural
- 16 Tema 6 – Atuação Interfederativa

17 Eixo II – Monitoramento e Controle Ambiental

- 18 Principais resultados
- 18 Tema 1 – Fiscalização e Responsabilização por Crimes Ambientais
- 18 Tema 2 – Integração Institucional e Segurança na Amazônia
- 19 Tema 3 – Prevenção e combate de Incêndios Florestais
- 19 Tema 4 – Capacidade Institucional e Gestão de Dados

20 Eixo III – Ordenamento Fundiário e Territorial

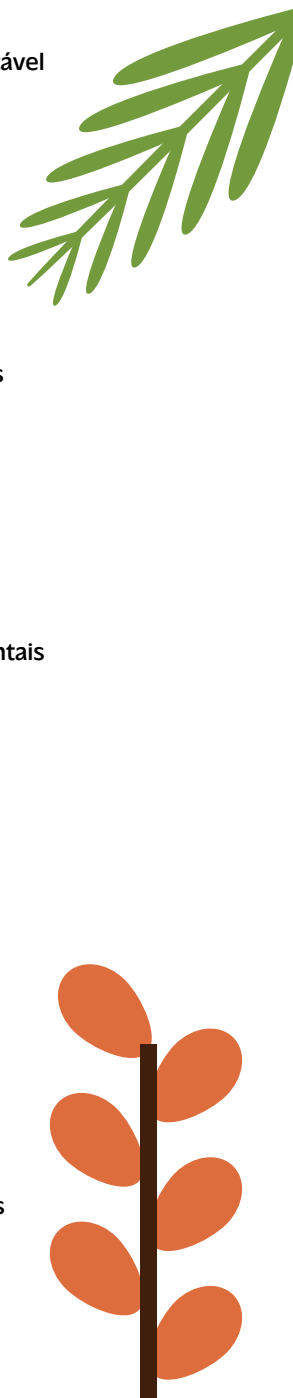
- 21 Principais resultados
- 21 Tema 1 – Regularização Fundiária e Direitos Territoriais
- 22 Tema 2 – Criação e Fortalecimento de Áreas Protegidas
- 22 Tema 3 – Gestão Socioambiental

23 Eixo IV – Instrumentos Normativos e Econômicos

- 24 Principais resultados
- 24 Tema 1 – Financiamento e Incentivos para a Conservação
- 25 Tema 2 – Governança Climática e Florestal
- 26 Tema 3 – Planejamento e Gestão Territorial
- 23 Tema 4 – Estruturação de Mercados e Finanças Sustentáveis

27 Outros resultados

28 PPCDam: os próximos dois anos



SIGLAS

Embratur	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Anater	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EB	Exército Brasileiro
FAB	Força Aérea Brasileira
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Mapa	Ministério da Agricultura e Pecuária
MF	Ministério da Fazenda
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MME	Ministério de Minas e Energia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MTUR	Ministério do Turismo
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MTR	Ministério dos Transportes
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SECD/MMA	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
SBIO/MMA	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais
SNPCT/MMA	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro



AÇÕES CONCRETAS POR UMA AMAZÔNIA VIVA E UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Hoje, no Brasil, vivemos um novo tempo no enfrentamento ao desmatamento da Amazônia. Ao retomar o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), o Governo Federal reafirma o seu compromisso com a preservação da maior floresta tropical do planeta, a luta contra o desmatamento e a construção de um futuro sustentável para o país.

Este documento apresenta os principais avanços e resultados da implementação ao longo de 2 anos da 5ª fase do PPCDAm, entre 2023 e 2025. Lançada em 05 de junho de 2023, Dia Mundial do Meio Ambiente, a 5ª fase do plano é resultado de amplo diálogo com a sociedade civil e a academia. A nova fase do plano foi concebida após a realização de Seminário Técnico-Científico de Análise de Dados do Desmatamento na Amazônia, de reuniões com representantes dos nove estados da Amazônia Legal e de consultas públicas pelas quais o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) recebeu mais de 500 contribuições.

Com duração até 2027, a 5ª fase do PPCDAm está estruturada em quatro grandes eixos: **I** – Atividades Produtivas Sustentáveis, **II** – Monitoramento e Controle Ambiental, **III** – Ordenamento Fundiário e Territorial, **IV** – Instrumentos Normativos e Econômicos. A sua implementação envolve 19 ministérios que trabalham em conjunto com órgãos públicos, governos estaduais, municipais, sociedade civil e povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Os resultados já começaram a aparecer: em 2024, o desmatamento na Amazônia caiu 45,7% em relação a 2022. Número que comprova a eficácia das políticas públicas e o poder da atuação coordenada. Ainda há muito a ser feito. O objetivo maior é chegar ao Desmatamento Zero até 2030, o que exige continuidade, inovação e compromisso coletivo.



DESMATAMENTO EM BAIXA, AMAZÔNIA EM ALTA!

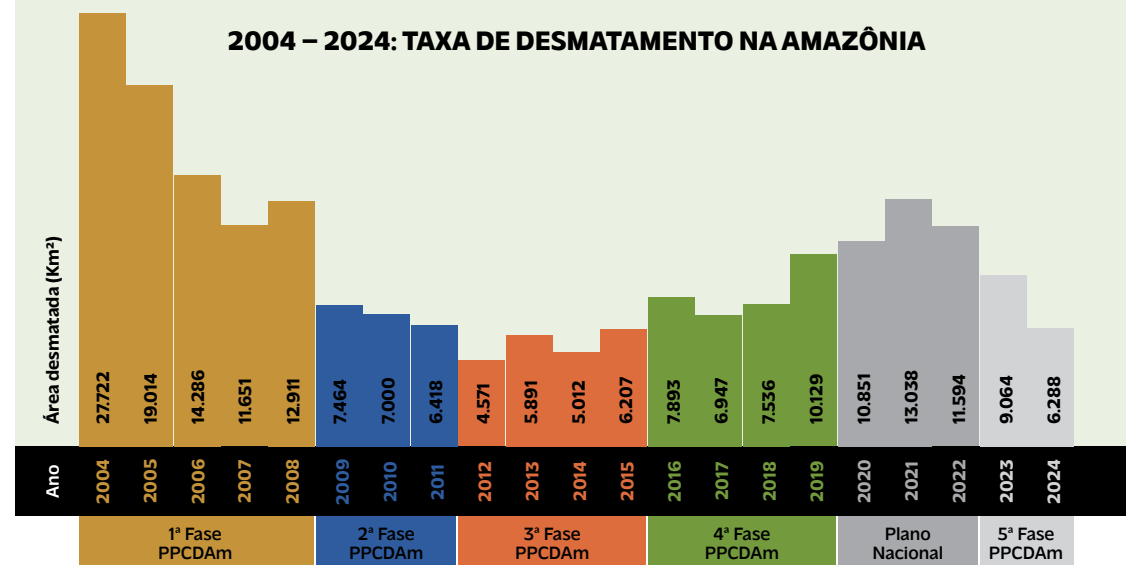
Desde 2023, com o início da atual gestão do Governo Federal, o Brasil assumiu um compromisso importante: alcançar o desmatamento zero até 2030. Para isso, o governo lançou a 5ª fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Mais do que um plano, o PPCDAm é uma estratégia de Estado, construída de forma colaborativa com diversos ministérios, governos estaduais e municipais, órgãos de controle, sociedade civil e povos da floresta com o objetivo de prevenir e controlar o desmatamento e os incêndios na Amazônia.

DESMATAMENTO ZERO: O QUE É?

Desmatamento Zero refere-se à eliminação do desmatamento ilegal e à compensação da supressão legal de vegetação nativa, por intermédio do fortalecimento da implementação da legislação florestal.

2004 – 2024: TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA



A meta do Governo Federal de alcançar o Desmatamento Zero em 2030 é ambiciosa, mas os avanços da implementação do PPCDAm mostram que ela é possível.

De acordo com dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Prodes/Inpe), em 2023, o desmatamento caiu 22% em comparação com 2022.

Em 2024, a queda foi ainda maior: o desmatamento foi 45,7% menor que em 2022 e 30% menor que em 2023.

EM 2 ANOS O
DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA REDUZIU

45,7%



O desmatamento é, historicamente, uma das principais fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil – o setor de Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas representou 39,5% das emissões nacionais em 2022 de acordo com o Primeiro Relatório Bie-
nal submetido pelo Brasil em 2024 à Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima. Desta forma, reduzir o desmatamen-
to também reduz as emissões brasileiras, sendo fundamental para que o país alcance as metas assumidas em sua Contribuição Nacio-
nalmente Determinada.

Com base nas emissões médias do bioma Amazônico, estima-se que 116 milhões de toneladas de CO_{2eq} deixaram de ser emitidas entre 2022 e 2023, e 127 milhões de toneladas de CO_{2eq} entre 2023 e 2024. Assim, durante dois anos de implementação da 5ª fase do PPCDAm, deixaram de ser emitidas cerca de 243 milhões de toneladas de CO_{2eq}.

PPCDAm: COMBATE À MUDANÇA DO CLIMA

ENTRE 2022 E 2023

166

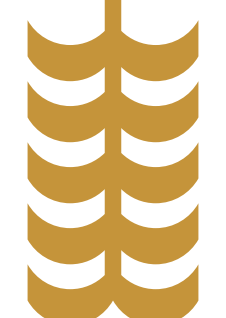
MILHÕES DE
TONELADAS DE CO_{2eq}
NÃO-EMITIDAS

ENTRE 2023 E 2024

127

MILHÕES DE
TONELADAS DE CO_{2eq}
NÃO-EMITIDAS

PPCDAm: Resultados de 2 anos de implementação – 2023 a 2025



PPCDAM: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE



O desmatamento causa diversos prejuízos tanto para a sociedade como para a biodiversidade, já que ocasiona intenso desequilíbrio dos ecossistemas. Nesse sentido, o PPCDAm também vem contri-
buindo na mitigação dos efeitos da ação antrópica, na promoção da conservação da diversidade biológica e na utilização sustentável de seus componentes, fortalecendo a sociobioeconomia e valorizando os saberes locais, os recursos naturais e a justiça social.

PPCDAM: EXEMPLO PARA OUTROS BIOMAS



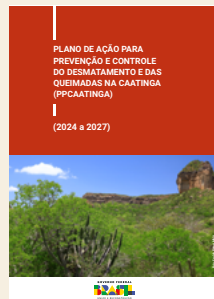
O sucesso do PPCDAm inspirou planos similares em outros biomas. Além da Amazônia, o Governo Federal já implementa o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e incêndios no Cer-
rado, na Caatinga, no Pantanal, na Mata Atlântica e no Pampa. Pela primeira vez, todos os biomas do país possuem planos de controle que consolidam todas as ações do Governo Federal para a preser-
vação dos biomas! Os planos podem ser acessados no site do MMA: [www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-quei-
madas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desma-
tamento-1](http://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/controle-ao-desmatamento-quei-madas-e-ordenamento-ambiental-territorial/controle-do-desma-tamento-1)



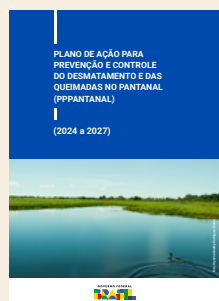
1. AMAZÔNIA



2. CERRADO



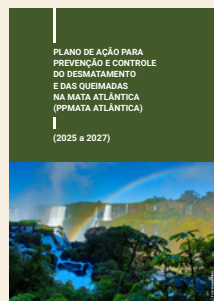
3. CAATINGA



4. PANTANAL



5. PAMPA



6. MATA ATLÂNTICA



PPCDAM: UM PLANO EM QUATRO EIXOS

O PPCDAm reúne estratégias diferentes, que se complementam. O plano está dividido em quatro grandes eixos de ação, cada um com objetivos específicos:



EIXO I Atividades produtivas sustentáveis



EIXO II Monitoramento e controle ambiental



EIXO III Ordenamento fundiário e territorial



EIXO IV Instrumentos normativos e econômicos

A seguir, são apresentados alguns dos principais resultados alcançados ao longo dos dois primeiros anos (2023-2025) de implementação da 5ª fase do PPCDAm.

EIXO I

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS



É possível transformar a região amazônica por meio de atividades produtivas sustentáveis, que, ao mesmo tempo, promovam o desenvolvimento econômico e a preservação da floresta.

Nesse sentido, o Eixo 1 do PPCDAm fortalece as atividades sustentáveis com forte elo com a bioeconomia, ou seja, o uso sustentável dos recursos naturais para gerar renda, empregos e desenvolvimento e para valorizar a floresta em pé. Para isso, as ações deste eixo convergem na valorização dos produtos da floresta, incentivando cadeias produtivas sustentáveis, especialmente aquelas ligadas à agricultura familiar, aos povos indígenas, aos quilombolas e a outras comunidades tradicionais.

OBJETIVOS

Estimular atividades produtivas sustentáveis

Promover o Manejo Florestal Sustentável e a recuperação e restauração de áreas desmatadas ou degradadas

INFRAESTRUTURA VERDE INTEGRADA

Infraestrutura verde para apoiar produção, turismo e acesso a mercados (água, energia, transporte, internet)

FORTALECIMENTO DA BIOECONOMIA

Fomento à bioeconomia com apoio a cadeias produtivas da sociobiodiversidade (como açaí, castanha, babaçu, cupuaçu)

MANEJO FLORESTAL RESPONSÁVEL

Concessões florestais e manejo sustentável, com inclusão de comunidades locais e incentivo a contratos de serviços ambientais

GOVERNANÇA COLABORATIVA

Estímulo à participação de estados e municípios, com incentivo à governança conjunta e políticas públicas adaptadas às realidades locais

AÇÕES ESTRATÉGICAS

TURISMO AMBIENTAL

Atividade turística sustentável (ecoturismo, etnoturismo, turismo de base comunitária), com estímulo à valorização cultural e à conservação ambiental

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Promoção de práticas agropecuárias sustentáveis, incluindo a recuperação de pastagens degradadas.

SELOS VERDES

Criação de selos e certificações sustentáveis, como o Selo Verde Brasil, para facilitar exportações e valorizar produtos sustentáveis

EDUCAÇÃO

Apoio a jovens e mulheres rurais, com projetos voltados à formação, inclusão produtiva e igualdade de gênero

TEMA 1 CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL

Brasil que recupera REVISÃO DO PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO DA VEGETAÇÃO NATIVA (PLANAveg)

(Secretaria Nacional
de Biodiversidade,
Florestas e Direitos
Animais do MMA)

Recuperação de áreas
desmatadas

Dados-chave:

- ▶ 12 milhões de hectares
até 2030
- ▶ Novo ciclo Planaveg
(2025–2028)

Recuperação florestal APROVAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO CLIMÁTICO PARA RECUPERAÇÃO FLORESTAL NA REGIÃO AMAZÔNICA (SFB)

Apoio à restauração
florestal privada

Dados-chave:

- ▶ US\$ 247 milhões do
Fundo de Investimento
Climático (CIF, na sigla
em inglês) para a
recuperação florestal
na região da Bacia do
Tocantins-Araguaia

Restaura Amazônia LANÇAMENTO DE EDITAIS DO RESTAURA AMAZÔNIA

(Secretaria Nacional
de Biodiversidade,
Florestas e Direitos
Animais do MMA, MDA e
BNDES)

Áreas de reforma agrária

Dados-chave:

- ▶ R\$ 600 milhões (Editais
2024–2025)
- ▶ Foco no Arco da
Restauração

Florestas como ativo ASSINATURA DE DOIS CONTRATADOS DE CONCESSÃO FLORESTAL (SFB)

Exploração sustentável

Dados-chave:

- ▶ 340 mil hectares sob
concessão

Florestas na B3 CONCESSÃO DE MANEJO FLORESTAL LICITADA NA BOLSA (SFB)

Novo patamar de
competitividade e
atratividade para
investimentos
sustentáveis no país

Dados-chave:

- ▶ 453.401 hectares na
Floresta Nacional (Flona)
do Jatuarana

TEMA 2 BIOECONOMIA E ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Crescimento com sustentabilidade
LANÇAMENTO DO PLANO AMAZÔNIA + SUSTENTÁVEL
(MAPA)

Fortalece agropecuária sustentável e de baixa emissão de carbono

Dados-chave:
► Abrange 9 estados da Amazônia Legal

Aliança pela bioeconomia nas florestas
FOMENTO À BIOECONOMIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA, POR MEIO DE ALIANÇA COM PARCEIROS
(ICMBio)

Promoção das cadeias da bioeconomia em áreas protegidas

Dados-chave:
► 16 UCs + 8 TIs na Amazônia

Recuperação de áreas para fins produtivos
LANÇAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS PRODUTIVAS – DECRETO N° 12.087/2024
(MDA)

Restauração, alimentação e renda

Dados-chave:
► R\$ 50 milhões do Fundo Socioambiental
► Beneficia agricultores, assentados e povos tradicionais

Avanço estratégico para a economia verde
INSTITUIÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE BIOECONOMIA – DECRETO N° 12.044/2024
(Secretaria de Bioeconomia do MMA, MF e MDIC)

Criação de um plano estruturado para impulsionar a bioeconomia no Brasil, promovendo inovação sustentável e novos modelos produtivos regenerativos

Dados-chave:
► Parte integrante do Plano de Transformação Ecológica

Produção sustentável com tecnologia
ESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E GERENCIAL DE COOPERATIVAS DA SOCIOBIOECONOMIA DA AMAZÔNIA LEGAL
(MAPA, EMBRAPA e SEBRAE)

Projeto de mapeamento e consultoria

Dados-chave:
► Engloba as culturas de açaí, castanha, babaçu e cupuaçu

Açaí, cacau e biodiversidade
ESTRATÉGIA DA ROTA DO AÇAÍ E DO CACAU E INICIATIVAS DA BIOECONOMIA NO AMAPÁ (MDIR)

Programa Rotas Nacionais

Dados-chave:
► Carteira de 20 projetos

TEMA 3 INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Mulheres que produzem
PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2024 – FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS DE MULHERES RURAIS
(MDA)

Atuação em capacitação, mercado e igualdade de gênero

Dados-chave:
► 5 propostas aprovadas (2024)

Comunidades
IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO FLORESTA + COMUNIDADES
(Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA)

Contempla gestão indígena e territorial

Dados-chave:
► 12 projetos em 4 estados
► Fortalecimento de 40 iniciativas

Identidade e valorização
CRIAÇÃO DO SELO INDÍGENAS DO BRASIL
(MDA, MPI e Funai)

Valorização cultural e acesso a mercados

Dados-chave:
► Selo Indígenas do Brasil

Luz para todos na Amazônia
AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA LUZ PARA TODOS
(MME)

Dignidade energética para comunidades isoladas

Dados-chave:
► 43,6 mil famílias na Amazônia Legal

TEMA 4 INSTRUMENTOS DE MERCADO

Compras públicas pela sociobioeconomia

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA FACILITAR COMPRAS GOVERNAMENTAIS QUE PROMOVAM A SOCIOBIOECONOMIA
(MDIC)

Integração à plataforma Contrata + Brasil

Dados-chave:
► Testes com 50 cooperativas

Selo Verde Brasil
INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA SELO VERDE BRASIL (CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS)
(MDIC)

Unifica normas públicas e privadas

Dados-chave:
► Certificação nacional ambiental

TEMA 5 TURISMO SUSTENTÁVEL E IDENTIDADE CULTURAL

Ecoturismo com estrutura e gestão
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADO PARA DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS) FEDERAIS
(SBio-MMA, ICMBio, MTur, Embratur)

Destinos turísticos sustentáveis

Dados-chave:
► Infraestrutura e uso sustentável de UCs

Enoturismo com identidade
CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PARA O PROJETO ROTAS DE ETNOTURISMO E PARA DIAGNÓSTICO DO POTENCIAL TURÍSTICO DOS TERRITÓRIOS
(MDIC)

Parceria entre Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Ministério dos Povos Indígenas (MPI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Dados-chave:
► 7 territórios indígenas priorizados

TEMA 6 ATUAÇÃO INTERFEDERATIVA

União com municípios

LANÇAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA UNIÃO COM MUNICÍPIOS PELA REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS FLORESTAIS – DECRETO Nº 11.687/2023

(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA, ANATER e MDA)

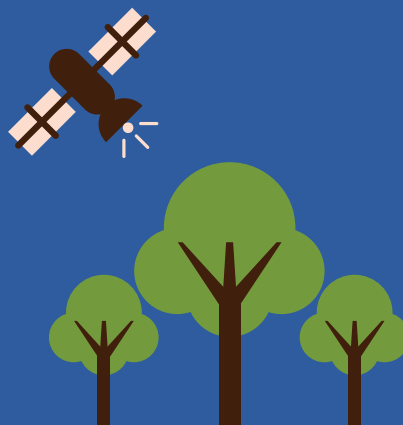
Parceria entre os Governos nacional e municipais

Dados-chave:

- ▶ 70 adesões até junho/2025
- ▶ Estruturação de 70 escritórios de governança (recursos do Projeto Floresta+ Amazônia)
- ▶ R\$ 600 milhões em 5 anos para Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) para até 30 mil famílias (recursos do Fundo Amazônia)
- ▶ Edital para pagamento por serviços ambientais em assentamentos nos municípios no valor de até R\$ 60 milhões (recursos do Projeto Floresta+ Amazônia)
- ▶ Projetos para restauração produtiva com investimento de até R\$ 75 milhões (recursos do Projeto Floresta+ Amazônia)

EIXO II

MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL



Monitorar o desmatamento na Amazônia exige tecnologia de ponta, enquanto a fiscalização é uma ação que exige a presença efetiva do Estado na região.

Assim, o Eixo II do PPCDAm propõe ações coordenadas entre diversos órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal (PF) e governos estaduais, o uso inteligente dos recursos disponíveis para prevenir e combater o desmatamento ilegal, os incêndios e outros crimes ambientais, garantindo que os responsáveis sejam punidos e que a floresta seja protegida.

OBJETIVOS

Garantir a responsabilização pelos crimes e infrações ambientais

Aprimorar a capacidade de monitoramento do desmatamento, incêndios, degradação e cadeias produtivas

Avançar na regularização ambiental com o aprimoramento do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar)

Fortalecer a articulação com os estados da Amazônia Legal nas ações de fiscalização ambiental

MONITORAMENTO INTEGRADO

Integração de sistemas de monitoramento, como Deter, Prodes e Programa Brasil MAIS (Meio Ambiente Integrado e Seguro), entre outros

AUTOMAÇÃO

Aprimoramento dos métodos para realização de embargos remotos a partir do uso de imagens de satélite

RASTREABILIDADE

Criação de sistemas de rastreabilidade de produtos agropecuários e madeireiros, com base pública e interoperável

INTEGRAÇÃO

De dados entre estados e União sobre autorizações de supressão de vegetação natural (ASV), autuações e embargos

INCENTIVO ÀS COMUNIDADES

Apoio a redes comunitárias de monitoramento com incentivos econômicos

AÇÕES ESTRATÉGICAS

CAR

Aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural

TECNOLOGIA DA FISCALIZAÇÃO

Fortalecimento da fiscalização com novas bases interagências

MANEJO DO FOGO

Fortalecimento do Programa de Brigadas Federais e da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF)

CONSCIÊNCIA SOBRE INCÊNDIOS

Educação ambiental e campanhas públicas sobre poluição do ar causada por incêndios

TEMA 1 FISCALIZAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO POR CRIMES AMBIENTAIS



Aumento da fiscalização e aplicação de sanções ambientais administrativas na Amazônia

AUMENTO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO E EMBARGOS DE USO DO SOLO

Reforço expressivo na atuação punitiva contra crimes ambientais no bioma Amazônia

Dados-chave:

- Mais de 5.600 autos de infração e de 300.000 hectares embargados pelo Ibama e ICMBio

Maior eficiência contra crimes ambientais na floresta

AUMENTO DA APREENSÃO E DESTRUIÇÃO DE BENS RELACIONADOS AOS CRIMES E INFRAÇÕES AMBIENTAIS CONTRA A FLORA

(Ibama e ICMBio)

Ações mais contundentes no combate a crimes contra a flora amazônica

Dados-chave:

- Mais de 3.800 itens apreendidos/termos de apreensão e 1.300 destruições

Ações da PF contra crimes ambientais e grilagem

ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NO COMBATE A ILÍCITOS AMBIENTAIS

Atuação estratégica da PF, com apoio financeiro robusto e foco em crimes estruturais

Dados-chave:

- Operações: Mercado B, Bruciato, Ouro Alvo, Madeira na Noite V
- Projeto do Fundo Amazônia no valor de R\$ 318,5 milhões para fortalecimento do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (AMAS)

TEMA 2 INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E SEGURANÇA NA AMAZÔNIA

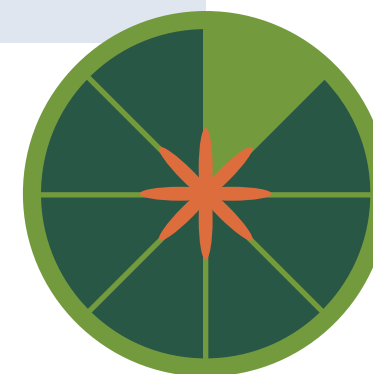
Ações coordenadas para proteger a Terra Indígena (TI) Vale do Javari

INSTITUIÇÃO DO COMANDO ÚNICO INTEGRADO PARA AÇÕES DE COMBATE AOS ILÍCITOS NA TI VALE DO JAVARI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)

Articulação entre órgãos para garantir segurança e fiscalização contínua na segunda maior TI do país (MPI, Ibama, Força Nacional, Abin, Polícia Federal)

Dados-chave:

- 36 operações realizadas
- 173 prisões, R\$ 133 milhões em bens apreendidos
- 94 dragas de garimpo destruídas, 28 autos de infração, R\$ 16 milhões em multas



TEMA 3 PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Mais aeronaves para intensificar o combate a incêndios

AMPLIAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE AERONAVES DE ASA ROTATIVA E FIXA PARA APOIO ÀS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS
(Ibama e ICMBio)

Modernização e fortalecimento da frota para atuação ágil em áreas remotas e combate eficaz ao fogo

Dados-chave:

- ▶ +75% de capacidade de transporte
- ▶ +40% de horas de voo anuais
- ▶ +133% de capacidade de lançamento de água

Força Nacional no enfrentamento aos incêndios

ATUAÇÃO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE AOS INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA AO LONGO DE 2024

Resposta emergencial e estratégica para conter incêndios nos principais pontos críticos da Amazônia

Dados-chave:

- ▶ 268 bombeiros mobilizados, com recursos do governo federal

Atuação conjunta para conter incêndios e estiagem

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO COMBATE AOS INCÊNDIOS

Engajamento militar na mobilização da logística de apoio de infraestrutura para ações na Amazônia Legal

Dados-chave:

- ▶ Atuação do Comando Conjunto Tucumã ao longo de 2024
- ▶ Apoio direto a bombeiros, Ibama, ICMBio e outros órgãos

TEMA 4 CAPACIDADE INSTITUCIONAL E GESTÃO DE DADOS

Reforço no quadro técnico e institucional

CONCURSO PÚBLICO PARA IBAMA, ICMBIO, FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA E MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)/ INPE
(Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)

Expansão da força de trabalho para aprimorar políticas ambientais e fiscalização

Dados-chave:

- ▶ 98 vagas preenchidas no MMA
- ▶ MMA com previsão de 460 (Ibama), 350 (ICMBio), 502 (Funai), 93 (Inpe) — provas/ resultados em 2025

Sistema do Cadastro Ambiental Rural (Sicar) mais seguro e eficiente

APRIMORAMENTOS TECNOLÓGICOS NO SICAR
(Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos)

Fortalecimento do Sicar com foco em segurança, acessibilidade e integração de dados

Dados-chave:

- ▶ Integração em tempo real com sistemas estaduais
- ▶ Acesso via GOV.BR e Interface de Programação de Aplicações (APIs, na sigla em inglês) desenvolvidas

EIXO III

ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL



O Eixo III do PPCDAm tem como missão auxiliar no ordenamento do território, garantindo que a terra seja utilizada de forma legal, justa e sustentável.

Uma das prioridades é dar destino correto às florestas públicas federais e estaduais que ainda não foram destinadas oficialmente – e são mais de 60 milhões de hectares nessa situação!

OBJETIVOS

Destinar e proteger florestas públicas

Ampliar e fortalecer a gestão das áreas protegidas

Alinhar grandes obras e empreendimentos às metas de conservação

AÇÕES ESTRATÉGICAS

INFRAESTRUTURA

Alinhamento das decisões sobre grandes obras de infraestrutura à política ambiental, visando reduzir impactos nas comunidades locais, desmatamento e emissões de gases de efeito estufa

RECONHECIMENTO

De territórios tradicionais, como as Terras Indígenas, Quilombos e de outras comunidades tradicionais, com contratos de uso coletivo inalienáveis e por tempo indeterminado

USO ADEQUADO

Planejamento do uso da terra com base em Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e MacroZEE, integrando critérios ambientais à autorização de grandes obras

PROTEÇÃO

Demarcação e desinstituição de Terras Indígenas, com apoio à gestão e proteção territorial via planos previstos na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

FORTALECIMENTO

Da gestão das Unidades de Conservação, com implementação de instrumentos legais do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)

GOVERNANÇA

Criação de mecanismos de governança territorial para mitigar impactos de empreendimentos de infraestrutura viária e energética

DESTINAÇÃO

De florestas públicas não destinadas (FPND) com prioridade para áreas sob alta pressão de desmatamento

TEMA 1 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DIREITOS TERRITORIAIS

Destinação estratégica de florestas públicas federais

DESTINAÇÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS

(MDA, Incra, MMA, ICMBio, SFB, MPI, Funai, SPU)

Retomada da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais

Dados-chave:

- Seleção de quatro áreas prioritárias na Amazônia
- Manifestação de interesse sobre 269 glebas (14,06 milhões de ha)

Unidades de Conservação, Terras Indígenas e regularização fundiária

DESTINAÇÃO DE GLEBAS PÚBLICAS FEDERAIS

(MDA, Incra, MMA, ICMBio, SFB MPI, Funai, SPU)

Garantir proteção dos ecossistemas e reconhecimento dos direitos territoriais coletivos

Dados-chave:

- Interesse na destinação de 3,75 milhões de hectares para novas Unidades de Conservação e concessões florestais
- 460 mil hectares para ações de regularização fundiária
- 3,8 milhões de hectares para criação e ampliação de Terras Indígenas

Patrimônio da União
ARRECADAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS
(Incra e SPU)

Dados-chave:

- 136.000 hectares.

Regularização fundiária
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GEORREFERENCIAMENTO DE OCUPAÇÕES EM TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS
(Incra)

Avanço na regularização

Dados-chave:

- 3,5 mil ocupantes regularizados
- 47 mil ocupações georreferenciadas

Nova modalidade de destinação
REGULAMENTAÇÃO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (CCDRU) COLETIVO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM FLORESTAS PÚBLICAS FEDERAIS NÃO DESTINADAS
(SECD/MMA, MDA, SPU)

Atendimento aos Povos e Comunidades Tradicionais

Dados-chave:

- Programa Territórios da Floresta instituído com expectativa de emitir 50 CCDRUs

Reconhecimento de territórios indígenas
HOMOLOGAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS ARARA DO RIO AMÔNIA (AC), UNEIUXI (AM) E CACIQUE FONTOURA (MT)
(MPI)

Avanço na demarcação de terras indígenas

Dados-chave:

- Homologação via Decreto Presidencial

TEMA 2 CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Ampliação das áreas protegidas no país

CRIAÇÃO DE QUATRO NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

(Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA e ICMBio)

Fortalecimento da conservação da biodiversidade em diferentes esferas federativas

Dados-chave:

► Aproximadamente 200 mil hectares

Fortalecimento da governança das Unidades de Conservação

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO FÓRUM DE DIRIGENTES DO SNUC – PORTARIA MMA Nº 1.065/2024

(Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais do MMA e ICMBio)

Tornar a gestão das Unidades de Conservação mais participativa e representativa

Dados-chave:

► Composição formalizada para facilitar comunicação e integração

TEMA 3 GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Mapeamento de populações tradicionais em Unidades de Conservação (UCs)

IMPLEMENTAÇÃO DO SISFAMÍLIAS (ICMBio)

Aumento da visibilidade e suporte a comunidades tradicionais dentro das Unidades de Conservação

Dados-chave:

► Plataforma criada para coletar, sistematizar e disponibilizar informações com foco em Povos e Comunidades Tradicionais em UCs federais

Planejamento ambiental estratégico para infraestrutura na Amazônia

PACTUAÇÃO SOBRE ELABORAÇÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA (AAE) PARA A ÁREA DE INFLUÊNCIA DA BR-319 (MMA e MTR)

Iniciativa para integrar governança fundiária e ambiental e planejamento viário na análise de viabilidade de grandes obras

Dados-chave:

► Mitigação de impactos ambientais

EIXO IV

INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS



O Eixo IV do PPCDAM tem como foco fortalecer a legislação, além de promover incentivos econômicos. Esse eixo visa criar um espaço de debate institucional para o aperfeiçoamento e compatibilização de normas de uso e conservação aplicáveis à Amazônia Legal e ampliar a agenda de incentivos positivos para controle do desmatamento e dos incêndios.

OBJETIVOS

Criar, aperfeiçoar e implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento

NOVAS NORMAS E NORMAS ATUALIZADAS

Modernização de normas ambientais, como a revisão do Decreto nº 6.321/2007 (municípios prioritários) e alteração do Decreto nº 6.514/2008 (sanções por incêndios)

AGENTES COORDENADOS

Coordenação entre diferentes fundos públicos (Fundo Amazônia, Fundo Clima, Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, etc.) para aumentar o alcance dos projetos sustentáveis

ACESSO AO CRÉDITO

Ampliação do acesso a créditos com critérios ambientais, como bônus em juros para imóveis com CAR validado e práticas sustentáveis

BIOECONOMIA INCENTIVADA

Criação de incentivos fiscais e financeiros para bioeconomia, manejo florestal e atividades sustentáveis

AÇÕES ESTRATÉGICAS

RECOMPENSAR QUEM PROTEGE

Execução do Projeto Floresta+, com pagamentos por serviços ambientais (PSA) a quem protege e recupera florestas

BOAS PRÁTICAS

Políticas que estimulem boas práticas ambientais nas propriedades rurais e cadeias produtivas agropecuárias

PADRONIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Publicação da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 510/2025 para padronizar e tornar mais transparentes as autorizações de supressão de vegetação nativa (ASV)

MARCADORES VERDES

Integração da sustentabilidade ao planejamento orçamentário, com criação de “marcadores verdes” no Plano Plurianual (PPA)



TEMA 1 FINANCIAMENTO E INCENTIVOS PARA A CONSERVAÇÃO

Financiamento estratégico para a Amazônia

RETOMADA DO FUNDO AMAZÔNIA E ESTABELECIMENTO DE NOVAS DIRETRIZES (MMA e BNDES)

Reconstrução da governança e ampliação do apoio internacional ao desenvolvimento sustentável da Amazônia

Dados-chave:

- De 2023 e 2025, o Fundo Amazônia contratou R\$ 1,61 bilhão através de 26 Projetos
- Recorde de investimentos em novos projetos (MMA e BNDES)
- Prioriza ações de grande escala para monitoramento, controle e apoio a povos indígenas

Apoio financeiro para conservação ambiental
RETOMADA DO PROGRAMA BOLSA VERDE

(Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA)

Instrumento de incentivo econômico para famílias que conservam o meio ambiente

Dados-chave:

- 214.480 benefícios concedidos até março de 2025
- R\$158,6 milhões repassados na Amazônia Legal



Incentivo à conservação via pagamento por serviços ambientais (PSA) para agricultores familiares

EXECUÇÃO DO PROJETO FLORESTA+ AMAZÔNIA

(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA)

Dados-chave:

- 5,5 mil inscritos
- O pagamento do primeiro lote iniciou em maio/2025, abrangendo 217 agricultores, totalizando R\$ 2,2 milhões, referentes à manutenção de 12 mil hectares de floresta
- No novo lote, há 854 agricultores familiares elegíveis com previsão de pagamento de R\$6.2 milhões

Incentivo à conservação via pagamento por serviços ambientais (PSA) para povos tradicionais

EXECUÇÃO DO PROJETO FLORESTA+ AMAZÔNIA

(Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA)

Valorização das comunidades

Dados-chave:

- Financiamento de Projetos, na ordem de R\$ 9,5 milhões, para alavancar atividades nos temas de conservação ambiental, recuperação de áreas degradadas, produção agroecológica, fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade amazônica, vigilância e proteção territorial

Crédito rural verde e justo
APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) N° 5.151 PARA O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) (MDA, Banco Central e MF)

Estímulo direto à agricultura familiar sustentável

Dados-chave:

- Benefícios adicionais para produtos da sociobiodiversidade e de base agroecológica

Condicionamento de crédito rural ao cumprimento ambiental
ATUALIZAÇÃO DO MANUAL DE CRÉDITO RURAL (MCR) N° 738 (RESOLUÇÃO CMN) (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA e Banco Central)

Impedimentos Sociais, Ambientais e Climáticos associados a desmatamento no Manual de Crédito Rural – MCR

Dados-chave:

- Inclusão e aprimoramento de critérios ambientais para acesso a crédito rural



TEMA 2 GOVERNANÇA CLIMÁTICA E FLORESTAL

Governança climática fortalecida

REATIVAÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PARA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA PROVENIENTES DO DESMATAMENTO E DA DEGRADAÇÃO FLORESTAL, CONSERVAÇÃO DOS ESTOQUES DE CARBONO FLORESTAL, MANEJO SUSTENTÁVEL DE FLORESTAS E AUMENTO DE ESTOQUES DE CARBONO FLORESTAL – REDD+ (CONAREDD+)

(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA)

Base para regulamentação de REDD+ no Brasil, com forte compromisso com transparência e salvaguardas sociais

Dados-chave:

► Criação de 3 Grupos de Trabalho Técnicos (GTTs) em 2024 (Salvaguardas; Mensuração, Reporte e Verificação – MRV e Repartição de Benefícios)

Sanções mais rigorosas para crimes ambientais

ALTERAÇÃO DO DECRETO N° 6.514/2008 (DECRETO N° 12.189/2024)

(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA e Ibama)

Dados-chave:

- Multas de até R\$ 50 milhões para infrações ambientais
- Penalidades ampliadas para incêndios em terras indígenas
- Criação do Embargo Remoto Cautelar em Escala de áreas com desmatamento ilegal.

Nova política para gestão do fogo

APROVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE MANEJO INTEGRADO DO FOGO (PNMIF)

(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA)

Mudança de paradigma na gestão do fogo no Brasil, com foco na prevenção e respeito à diversidade cultural. Criação do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo (COMIF) e Resolução sobre Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) aprovada

Dados-chave:

- Instituída pela Lei nº 14.944/2024

TEMA 3 PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL



Gestão estratégica do desmatamento
NOVAS REGRAS PARA LISTA DE MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS PARA CONTROLE DO DESMATAMENTO
(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA)

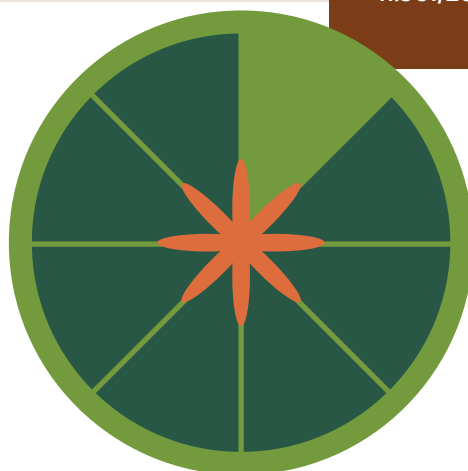
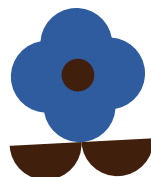
Consideração inédita da degradação florestal como critério para políticas de controle do desmatamento

Dados-chave:
► Atualização dos critérios para inclusão/exclusão de municípios (Portarias nº 833/2023 e nº 1.202/2024)
► 81 municípios prioritários listados em 2024

Transparência na supressão de vegetação nativa
PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) Nº 510/2025 SOBRE AUTORIZAÇÕES DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA (ASV) NAS CÂMARAS TÉCNICAS DE CONTROLE AMBIENTAL E DE ASSUNTOS JURÍDICOS
(Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial do MMA e Ibama)

Avanço para maior controle social e transparência ambiental em todo o país

Dados-chave:
► Estabelecimento de padrões mínimos para disponibilização de dados sobre ASV



TEMA 4 ESTRUTURAÇÃO DE MERCADOS E FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

Classificação verde para atividades econômicas
INSTITUIÇÃO DO COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DA TAXONOMIA SUSTENTÁVEL BRASILEIRA
(MF)

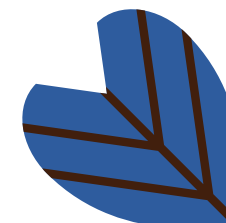
Criação de uma estrutura oficial para orientar investimentos sustentáveis no Brasil

Dados-chave:
► Criado pelo Decreto nº 11.961/2024

Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE)
APROVAÇÃO DA LEI QUE INSTITUI O SISTEMA BRASILEIRO DE COMÉRCIO DE EMISSÕES (SBCE)

Oportunidades para o Brasil no mercado de carbono

Dados-chave:
► Lei nº 15.042/2024



OUTROS RESULTADOS

EIXO I

ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

- ▶ Lançamento do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis – Decreto nº 11.815/2023. (Mapa)
- ▶ Nova edição do programa Inova Amazônia (270 ideias pré-aceleradas, 180 ideias aceleradas e 28 mil alunos impactados até 2026) (MDIC)
- ▶ Instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Cozinha Solidária – Lei nº 14.628/2023 (MDS, MDA, MMA e MDIC)
- ▶ Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre MDIC e MIDR para incentivar a inovação tecnológica, o investimento, a reindustrialização de base sustentável e a geração de emprego e renda a partir do desenvolvimento da bioeconomia regional

EIXO II

MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL

- ▶ Ingresso pela Advocacia Geral da União de 75 Ações Cíveis Públicas para reparação de danos ambientais na Amazônia.
- ▶ Desintrusão das Terras Indígenas (TI) Alto Rio Guamá (PA), Apyterewa (PA), Trincheira Bacajá (PA) e Karipuna (RO). (Funai, PF, FNSP, Ibama, PRF, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira)
- ▶ Combate ao garimpo e desintrusão na TI Yanomami (Funai, PF, FNSP, Ibama, PRF, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira).
- ▶ Cancelamento, suspensão e pendência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Terras Indígenas, Unidades de Conservação e Florestas Públicas Não Destinadas e áreas privadas no primeiro quadrimestre de 2023 (SFB).

EIXO III

ORDENAMENTO FUNDIÁRIO E TERRITORIAL

- ▶ Revisão das decisões sobre destinação de florestas públicas federais realizadas no período de 2019-2022 (MPI e Funai).
- ▶ Instituição de Grupo de Trabalho para estruturação de Cadastro Imobiliário básico de acordo com a ISO 19152:2012 (Incra)

EIXO IV

INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS

- ▶ Projeto de Lei responsável por criar o Fundo de Sustentabilidade e Diversificação da Amazônia está em elaboração no Ministério da Fazenda e será submetido ao Legislativo (MF).
- ▶ Início do desenvolvimento do novo sistema Sistema de Gerenciamento de Áreas de Mineração (SIGAREAS) (MME e ANM).
- ▶ Plano Safra: bônus de 1% na taxa de juros para CAR validado e adoção de tecnológicas sustentáveis (Mapa e MF).
- ▶ Estabelecimento das agendas transversais e das prioridades no PPA (marcadores verdes) (MPO).
- ▶ Declarações de interesse em novas doações ao Fundo Amazônia no montante de R\$ 3 bilhões (Reino Unido, Alemanha, União Europeia, Dinamarca e Suíça) (MMA e BNDES)
- ▶ Apreciação pela Subcomissão Executiva do PPCDAm de 44 projetos a serem submetidos ao Fundo Amazônia, totalizando R\$ 5.463.919.448 os quais ainda serão analisados e ajustados por parte do BNDES.

PPCDAm: OS PRÓXIMOS DOIS ANOS

Os resultados apresentados até aqui confirmam a efetividade do PPCDAm para prevenção e controle do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia. Também comprovam que foi essencial a decisão do Governo Federal em relançar o plano, iniciando a sua 5ª fase em junho de 2023.

Os dados do primeiro semestre de 2025 do Prodes/Inpe revelam que será preciso o aprimoramento e fortalecimento do PPCDAm neste segundo biênio da sua 5ª fase para alcançar o desmatamento zero até 2030.

Como principal instrumento do Governo Federal para prevenir e controlar o desmatamento e a degradação florestal na Amazônia, o PPCDAm é uma conquista da população brasileira, que este governo está comprometido em fortalecer para garantir o desenvolvimento sustentável do país.





